

Comunicação no Twitter em momentos de protesto: deliberação efetiva ou debates dispersos?¹

Twitter communication in moments of protest: effective deliberation or scattered speeches?

Comunicación Twitter en momentos de protesta: ¿deliberación efectiva o discusiones dispersas?

Anelisa Maradei

Universidade Metodista de São Paulo, UMESP
<ane@amaradei.com.br>

Resumo

O artigo traz um estudo, realizado em 13 de março de 2016, que se apoia na análise de conteúdo das postagens dos atores sociais no Twitter, durante as manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores. Foram auditados 250 posts, coletados por busca semântica, a partir de uma ferramenta informatizada. Os tuítes foram analisados dentro da seguinte perspectiva: menção a partidos políticos ou políticos durante as deliberações; inserção efetiva dos atores sociais no debate que se processou na rede digital (tuítes produzidos com conteúdo gerado pelo ator social; retuítes; e retuítes com comentários agregados; tuítes com links remissivos a outras fontes e quais). O estudo é complementado por revisão biblio-

Abstract

This article presents a study carried out on March 13, 2016, which is based on the analysis of the social actors' Twitter postings during the impeachment manifestations of Dilma Rousseff, Worker's Party former president of Brazil. A total of 250 posts, collected by semantic search, were audited from a computerized tool. The tweets were analyzed within the following perspective: mention to politics or political parties during the protests; effective insertion of social actors in the debate that took place in the digital network (original or genuinely produced tweets with content generated by the social actor, retweets, retweets with aggregated comments, tweets with links to other sources and which were they). The study is complemented by a bibliographical review, sup-

Resumen

El artículo trae un estudio, realizado el 13 de marzo de 2016, que se basa en el análisis de contenido de las publicaciones de los actores sociales en Twitter, durante las manifestaciones por el juicio político de Dilma Rousseff, ex presidenta de Brasil por el Partido de los Trabajadores. Se auditaron 250 publicaciones, recopiladas mediante búsqueda semántica, utilizando una herramienta computarizada. Los tweets se analizaron desde la siguiente perspectiva: mención de partidos políticos o políticos durante las deliberaciones; inserción efectiva de actores sociales en el debate que tuvo lugar en la red digital (tweets producidos con contenido generado por el actor social; tweets; y tweets con comentarios agregados; tweets con enlaces de referencias cruzadas a otras fuentes y cuáles). El estudio se complementa con una revisión de

¹ Artigo elaborado a partir de trabalho apresentado no X SOPCOM, que aconteceu entre 27 e 29 de novembro de 2017, em Viseu, Portugal. A pesquisa contou com apoio da Capes e faz parte de uma investigação mais abrangente sobre a movimentação dos atores sociais em momentos de protesto nas redes digitais no Brasil a partir de 2013.

gráfica, sustentando-se em teóricos que trabalham com redes, esfera pública e teoria democrática.

Palavras-chave: Comunicação. Twitter. Esfera pública. Democracia. Impeachment.

ported by theoreticians working with networks, public sphere and democratic theory.

Keywords: Communication. Twitter. Public sphere. Democracy. Impeachment.

la literatura, basada en teóricos que trabajan con redes, la esfera pública y la teoría democrática.

Palabras-clave: Comunicación. Twitter. Esfera pública. Democracia. Juicio político.

Introdução

O trabalho tem por objetivo apresentar pesquisa realizada em torno da análise da comunicação que se estabeleceu entre os atores sociais pelo Twitter durante o horário das manifestações de março de 2016, no Brasil, pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Mais do que focalizar o fato histórico em si, o que almejamos é trazer uma contribuição acadêmica, ainda que tímida, sobre os processos comunicacionais que emergem na rede durante movimentos de protesto político e derrubada de governantes.

Recordando os fatos, cabe ressaltar que a então presidente, que governava o país pelo Partido dos Trabalhadores, após denúncias de corrupção em seu governo, viu a nação se mobilizar por sua saída da presidência e sua popularidade desabar, o que culminaria em seu *impeachment* em 31 de agosto de 2016. Os protestos contra o governo de Dilma, que ocorreram em todo território nacional, centraram-se em manifestações contra sua administração e, também, na defesa dos avanços da Operação Lava Jato², que promove investigações sobre escândalo de desvios financeiros e corrupção na Petrobras.

A pesquisa que aqui apresentamos tem por base a observação da comunicação que

ocorreu durante os protestos entre os atores sociais pelo Twitter, no dia 13 de março de 2016, das 15 às 18 horas. Partimos de 250 posts, coletados por busca semântica, a partir das *hashtags* #globogolpista, #vempruarua, #acordabrasil, #protestobr, #protestosp, #mudabrasil. Salientamos que nossa amostragem procurou mesclar os horários de forma a não interromper o debate e, ao mesmo tempo, não criar um discurso recorrente, em uma média de 30 a 40 posts por bloco de horário. Ou seja, fizemos a coleta dos posts evitando uma projeção dos ecos que costumam ser habituais entre curtos intervalos de comunicação. Para o estudo, utilizamos de uma análise de conteúdo dos posts encontrados na rede Twitter, que foram categorizados quantitativamente. Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis.

A análise em profundidade dos posts, para além de uma análise de conteúdo quantitativa, nos permitiu avançar para uma observação qualitativa em torno dos debates dos atores sociais durante o pro-

2 A Operação Lava Jato é a maior investigação sobre corrupção conduzida até hoje no Brasil. Começou investigando uma rede de doleiros que atuavam em vários Estados e descobriu a existência de um vasto esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de vários partidos e as maiores empreiteiras do país.

cesso, na medida em que os tuítes foram abertos, um a um, e categorizados de forma a observar: (1) posts favoráveis e contrários ao governo; (2) números de posts que foram retuitados (a amostragem visa observar de onde vieram as informações postadas pelos atores sociais, e se continham algum comentário agregado no retuíte ou, simplesmente, repercutiam opiniões da rede); (3) número de posts com links e a procedência desses links (da mesma forma, agregar links às postagens é uma forma de demonstrar as fontes que estão pontuando a opinião do ator social); (4) posts genuínos, que partiram dos próprios atores (observamos como os atores sociais formam opiniões, se a partir de suas próprias ideias, se são seguidores ou articuladores do debate); (5) posts mais comentados e curtidos (o fato de curtir não demonstra alto grau de interatividade, mas os comentários nos trazem indicativos de maior participação e posicionamento, o que procuramos observar).

A pesquisa foi complementada por revisão bibliográfica, que teve como principal norteador Castells (2013, 2015), que explora o conceito de autocomunicação³ como forma de empoderamento dos atores sociais, além de autores que trabalham com o conceito de Esfera Pública, como Taylor (2010), Habermas (2014), além de estudiosos representantes da teoria democrática.

Esfera Pública Contemporânea e Crise

A literatura sustenta que a confiança política é um fator essencial para o sucesso da governança democrática (NORRIS,

1999; PHAAR; PUTMAN, 2000; MOISÉS, 2010). A confiança representaria uma espécie de “capital de governança”, ou seja, um “facilitador da aceitação de decisões que, no ambiente de certezas provisórias que caracterizam o processo democrático, exigem amplo apoio público para serem bem-sucedidas” (BRATTON; CHU; LAGOS; ROSE, 2005).

Se hoje assistimos no Brasil a tantas manifestações, parece-nos pertinente observar que há por trás desse fenômeno uma crise de confiança. Verifica-se que há um questionamento por parte dos cidadãos do desempenho das instituições da democracia brasileira (poder Executivo, Legislativo, Judiciário, imprensa). A relação com as instituições é, entretanto, um aspecto central do regime democrático, cuja efetividade é essencial para a prevalência dos princípios de liberdade e igualdade e, assim, a vigência da cidadania dos atores sociais.

Os cidadãos cobram das instituições um papel compatível com as expectativas da sociedade. Afinal, as instituições têm, em princípio, uma função de mediação que permite distinguir o regime democrático de outras formas de governo. Como proposto por Moisés (2010), os cidadãos se identificam com as instituições porque aprendem a fazê-lo. Primeiro aprendem a respeitar e se identificar com as instituições pelos processos de transmissão do significado e de experiências em relação a elas, que nos são passados de geração a geração. Na vida adulta, com as experiências pessoais, sociais e políticas, em sociedades democráticas, por meio de eleições e de outras formas de manifestações na esfera pública, passam

3 Autocomunicação ocorre quando a “produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens e das redes de comunicação é autosselecionada” (CASTELLS, 2013, p.12).

a avaliar racionalmente o desempenho das instituições.

As instituições definem, nessa perspectiva, a configuração dos campos de interação, tendo em vista que a vida social é feita por indivíduos que perseguem objetivos os mais variados. Agem dentro de circunstâncias, contextos. Como propõe Thompson:

As instituições podem ser vistas como determinados conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais. (THOMPSON, 2014, p. 37).

Pensando em termos globais, muitos países estabeleceram instituições democráticas formais só nos últimos anos (alguns há setenta, sessenta anos) e há ainda um abismo entre as expectativas dos cidadãos e as instituições. Como argumenta Castells (2015, p. 350), a grande questão parece mesmo ser: “o quão democráticos são os países que se autoproclamam democracias e o quão estáveis são suas instituições quando deparam com o abismo crescente entre suas regras constitucionais e as suas crenças de seus cidadãos?”.

Se a democracia assegura aos cidadãos o direito de escolher seus representantes, se o princípio da democracia é que todos os membros adultos da comunidade política possam influir, através do voto, na escolha de quem governa, é hora de pensar que o voto parece não estar garantindo que as aspirações dos cidadãos sejam concretizadas. E, se um governo quiser se manter no poder, deve ter a percepção de que o ato de

governar representa estar de acordo com as expectativas de seus governados, atendendo demandas da sociedade, cumprindo regras e leis que também são interpostas aos governos. O governo não é apenas sábio em seguir a opinião do público, como está moralmente obrigado a fazer isso.

E é a esfera pública o “lugar em que se elaboram concepções racionais que devem orientar o governo” (TAYLOR, 2010, p. 11) que quer se manter no poder. Como nos recorda o autor, trata-se de uma disputa não oficial que, todavia, tem por objetivo levar a um veredito, ainda que se defina fora da esfera do poder. Na atualidade, essas concepções têm sido elaboradas em grande escala na esfera digital. Tendo em vista essa perspectiva, Benkler (2006, p. 213) traz contribuições recontextualizadas do conceito de esfera pública e argumenta que “A possibilidade de se comunicar efetivamente na esfera pública permite que as pessoas deixem de ser leitoras passivas e ouvintes e passem a ser oradoras em potencial, partes de uma conversa”. O autor elucida o conceito de esfera pública no contexto da sociedade informacional e propõe um caráter mais democrático para a “esfera pública interconectada” (BENKLER, 2006) do que na esfera pública controlada pelos meios de comunicação de massa.

Dessa forma, não podemos deixar de observar a internet como uma oportunidade para dar voz aos atores sociais, ainda que muitas ressalvas tenham que ser feitas a essa afirmação. Mas é fato que, especialmente em um momento em que observamos, no Brasil e em muitos países da América Latina e do mundo, uma perda de confiança nas instituições e nos governantes, ela pode trazer algumas “brechas” para que os ato-

res sociais se articulem em defesa de seus interesses. Nesse cenário, diferentemente da esfera institucional deliberativa, tendenciosa em relação ao pensamento e aos interesses dominantes, a internet é uma alternativa fazendo emergir a força da esfera da comunicação, que segundo Castells estaria “moldada pelos múltiplos insumos que recebe de uma diversidade de fontes, assim como por sua interação” (CASTELLS, 2015, p. 32).

Embora muitos autores reforcem a questão da exclusão digital (GOMES, 2005; FUCHS, 2014) e pontuem que a construção da autonomia está ainda centrada em uma minoria de indivíduos, Castells acredita que a minoria de indivíduos envolvida no processo de comunicação “por sua capacidade de liderar e mobilizar [...] introduzem uma nova cultura em todos os domínios da vida social”: trabalho, mídia, mercado, educação, governo etc. Assim, para o autor, os princípios dos efeitos sociais referentes ao uso da internet “fornecem evidências da relação direta entre a internet e a ascensão da autonomia social” (CASTELLS, 2015, p. 39).

Na sociedade, como sabemos, há disputas de interesses, jogos de poder para a viabilização de interesses. A confiança, entretanto, facilita a função de coordenação social do Estado dentro desse contexto, tendo em vista que o Estado tem o objetivo de garantir a soberania. “No cenário de incertezas que caracteriza a consolidação democrática, a confiança nas instituições fornece a base da aceitação à lei e às normas democráticas. Mas há uma crise do Estado como instituição” (APPADURAI, 1996; FRASER, 2007; BECK, 2005). E isso tem sido observado no Brasil de forma recor-

rente em diversas oportunidades. Junho de 2013, março de 2015 e março de 2016 são apenas alguns desses momentos.

Há no país uma ampla crise de confiança, que tem encaminhado os cidadãos a uma crítica em relação às instituições em vigência, motivada por desvio de verbas públicas, corrupção no Congresso, escândalos envolvendo autoridades políticas etc. E, como bem pondera Castells (2013), os movimentos sociais têm suas raízes na injustiça fundamental de todas as sociedades, seja na Europa, na América Latina, na América do Norte e, não poderia ser diferente, no Brasil, ainda que, para um bom aproveitamento do exercício das novas práticas participativas e de debate, tenhamos que avançar muito em termos de organização política, educação e politização dos atores sociais, inclusão digital, pluralismo midiático, entre tantas outras questões críticas que, evidentemente, pelo pequeno espaço que temos, não teremos como sobre elas discorrer.

Auditando os dados

Do total dos 250 posts auditados, observamos que os homens foram maioria na rede digital, representando 54% da amostra, não tendo sido possível delimitar a faixa etária. As mulheres corresponderam a 30%, e 17% ficaram na categoria outros (empresas, blogs, imprensa, políticos). Embora haja pulverização dos participantes por diversas partes do país, incluindo, inclusive, atores de outras partes do mundo (8%), percebemos que a grande concentração do debate girou em torno da região Sudeste e, em menor escala, na sequência, Centro-Oeste e Nordeste. Os estados que demonstraram atores mais participativos

foram São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, respectivamente.

No tocante à questão da forma como se processaram os debates na esfera digital, 127 atores sociais, ou 50,8% do total da amostra, fizeram menções expressas a políticos durante o processo deliberativo pelas redes. Os nomes mais contemplados foram os de Lula (antecessor de Dilma na presidência do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores), seguido pelo da própria ex-presidente Dilma Rousseff. Isso demonstra que, ainda que a protagonista do debate público fosse a presidente em exercício na época, que estava tendo seu governo colocado em xeque, a força política do ex-militante sindical e ex-presidente continuava a permeiar as deliberações que se estabeleceram *online*. Outros nomes de políticos também foram detectados no processo: Bolsonaro,⁴ Cunha,⁵ Temer,⁶ Alckmin,⁷ sempre reforçando a polarização entre os que queriam a mudança de governo e os que lutavam pela manutenção da ex-presidente no cargo.

Em relação à forma como se estabeleceu a comunicação no Twitter, dos 250 posts, 160 foram manifestações decorrentes de retuítes, ou seja, 64% dos atores sociais, mais da metade da amostra, utilizaram-se da pos-

tagem de outrem para participar do debate. Esses retuítes foram provenientes da imprensa em 77 oportunidades. Como aponta Sorj (2016), os meios tradicionais mantêm a capacidade de legitimar, muitas vezes, as informações que circulam pelas redes sociais e/ou as mobilizações sociais por elas desencadeadas, e um dos fatores para essa percepção seria que “ Os meios tradicionais continuam sendo, para boa parte da população, a fonte mais confiável de informação” (SORJ, 2016, p. 31).

Houve também tuítes que traziam links agregados, não necessariamente sendo retuítes. Percebemos que 83 posts traziam links, grande parte remetendo para o noticiário da mídia corporativa G1 (25 ocasiões). Ou seja, percebe-se que nesse ambiente de debate os atores sociais se sustentam também em links de imagens e imprensa corporativa para manifestar opiniões e se inserir no debate. Encontramos, em menor número, fontes de outras redes sociais *online* de atores dispersos (especialmente Instagram, e apenas uma notificação proveniente do Facebook) e de outros espaços como: coletivos, mídias fora do eixo da grande imprensa, mídias alternativas,⁸ páginas de políticos ou ligadas a eles (no caso Lula e Aécio).

4 Jair Messias Bolsonaro é um político brasileiro, que se tornou conhecido nacionalmente por suas posições nacionalistas e conservadoras, e por críticas contundentes ao comunismo e à esquerda. Atualmente é presidente do Brasil, tendo sido eleito em outubro de 2018 pelo Partido Social Liberal.

5 Eduardo Cunha, político brasileiro, filiado ao PMDB, exerceu o cargo de Deputado Federal (tendo sido presidente da Câmara) de 2003 até setembro de 2016, quando foi cassado pela Câmara dos Deputados, investigado pela operação Lava Jato, foi condenado em março de 2017 por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

6 Michel Temer, político membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é ex-presidente do Brasil, tendo assumido a presidência após o *impeachment* da titular Dilma Rousseff, de quem era vice.

7 Geraldo Alckmin é ex-governador do Estado de São Paulo, principal estado do Brasil em vigor econômico, pelo Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB.

8 Normalmente ocupa o papel de antagonista em relação à economia capitalista e aos governos. Como mídia alternativa, tende a rejeitar lógicas de lucro e comerciais, tende a expressar pontos de vista alternativos que desafiam os governos e as corporações. É a chamada por Fuchs (2014) de mídia da sociedade civil, dirigida, controlada e possuída por cidadãos com projetos comuns. Expressa pontos de vista alternativos no nível da cultura e tem modelos de organização alternativos.

Buscamos observar e categorizar esse item, pois interessa-nos saber se: trata-se de um post genuíno do ator social, se é decorrente de um retuíte, ou ainda monitorar de onde partiram os links dos tuítes e retuítes agregados aos posts que circularam no período, e em que quantidade essas referências externas ao discurso principal do ator social se estabeleceram.

É importante ponderar, entretanto, que, ainda que seja inegável a influência do portal G1 como fonte formadora de opinião na atualidade, o que foi detectado em nossa pesquisa, tivemos em nossa busca a *hashtag* #globogolpista, e tal perspectiva pode ter influenciado no resultado final da amostra, trazendo ou acentuando o maior vínculo com o portal nas análises. Mas isso não inviabiliza a amostragem no que tange ao alto teor de fontes trazidas da imprensa corporativa. Além disso, outros veículos da mídia corporativa, ainda que com menor relevância, se fizeram presentes no debate: veículos

como os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, a revista *Exame*, TV Brasil.

Procuramos também observar se os atores sociais, no decorrer dos processos comunicacionais, foram produtores de informações. O que percebemos é que o índice de informações geradas genuinamente pelos atores sociais ainda é baixo, ficando na casa dos 36%, o que correspondeu, em número absoluto, a 90 dos 250 tuítes auditados. Também no que concerne a comentários agregados pelos atores sociais a posts que por eles foram retuitados, o número encontrado é baixo: apenas 36 dos 250 posts, ou seja, o pequeno índice de 14,4% dos atores agregaram algum tipo de opinião complementar ao que foi retuitado ou postado. Assim vejamos:

Post genuíno com cunho crítico:

“Brasil único lugar no MUNDO em que elite protesta! Emissora monopolista usa o povo como marionete e ele ainda sorri! #GloboGolpista”



Figura 1 – Post crítico contra a Globo. Fonte: Twitter Ana Paula S. Camelo

Nesse ponto é importante ponderar como auditamos essa parte de nossas observações. Estabelecemos como critério que o material deveria ter, em princípio, fosse um

retuíte ou um post genuíno, algum caráter opinativo, crítico ou de debate, mostrando interatividade do autor do post com o que havia encontrado na rede. O objetivo foi

verificar se o internauta estava se propondo a apenas propagar ou reelaborar ideias, ainda que partindo de imagem, link de outras redes, retuíte. Mas percebemos que a estruturação de uma articulação própria, de maior aprofundamento ou contraposição ainda está distante de ser uma realidade efetiva, embora exista.

Também observamos um baixo número de comentários nos posts e uma maior proporção de curtidas. Entretanto, alguns posts deram margem à conversação ampliada na rede, como, por exemplo, o que trazemos a seguir: “Mulher joga carro contra manifestante de vermelho e quase atropela PM na frente da casa do Lula, em SBC”.



Figura 2 – Mulher joga carro em manifestante. Fonte: Twitter G1 – São Paulo.

O post teve 30 comentários, 125 likes e 221 compartilhamentos. Foi o tuíte que mais esteve presente na rede no horário auditado, mas não o que teve mais visibilidade em termos de reverberação geral (veja o exemplo

do post a seguir, Figura 3). Originou debates em torno do tema (o acidente), ampliando a questão para o campo das preferências e contradições políticas, muitas vezes por meio de memes,⁹ sátiras e ironias.

⁹ Termo bastante conhecido e utilizado no “mundo da internet”, referindo-se ao fenômeno de “viralização” de uma informação, ou seja, qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade.

No exemplo abaixo, na transcorrência do debate que se instituiu em relação ao post, percebe-se a instauração de uma resposta ao ato violento contra os manifestantes ocorrido nas ruas. Há uma severa crítica ao principal partido de oposição ao governo, o PSDB, tanto na imagem postada, que traz várias situações em que a credibilidade do partido que apoiou a queda de Dilma é colocada em xeque, como há, também, comentários irônicos, realizados em forma de texto – a exemplo do que afir-

ma que a manifestante, responsável pelo acidente, estaria indo à “marcha dos corruptos” quando foi autora do ato violento (lembrando que o carro foi atirado contra uma pessoa de vermelho, ou seja, manifestante do PT, favorável ao governo Dilma). Enfim, processa-se um debate em torno da questão, seja por manifestações que se utilizam de formas de humor ou pela crítica contundente tanto aos manifestantes que apoiam o governo como aos que são a ele contrários.



Figura 3 – Críticas contundentes ao PSDB. Fonte: Twitter G1 – São Paulo.



Figura 4 – Memes diversos. Fonte: Twitter G1 – São Paulo.



Figura 5 – Diálogos com cunho ideológico. Fonte: Twitter G1 – São Paulo.

Em complemento a nossas observações, trazemos também uma imagem que mereceu extrema relevância durante nossas análises, sendo a segunda mais repercutida em nosso recorte. Entretanto, em relação ao total geral de visibilidade observado na contagem da própria ferramenta, nota-se que gerou um debate ainda superior. Porém, da mesma forma que o tuíte destacado anteriormente, obteve um número reduzido de comentários (32) em relação aos 666 compartilhamentos¹⁰ (lembrando que no post líder de exposição no nosso recorte havia 221 compartilhamentos) e 329 likes detectados. Trata-se de uma postagem proveniente do mesmo veículo da mídia corpo-

rativa que o anterior, o G1, que mostra manifestantes confraternizando com a Polícia Militar durante os protestos.

As críticas vieram em forma de debate sobre a conduta da PM, nem sempre amistosa ou condizente com os anseios sociais. Emergiram comentários do tipo “É esse que entra na favela?”, numa referência aos atos de violência praticados pelos policiais durante suas incursões nas comunidades periféricas, ou “alguns idiotas bajulando a PM que mais mata”. Em contrapartida, surgiram também comentários em defesa da corporação: “paga pau de PT, quando roubarem seu iphone corre para chamar os PMs sua babaca”.



Figura 6 – Crítica aos que defendem a PM. Fonte: Twitter SobriRocha.

¹⁰ A fim de esclarecimento, vale ressaltar que são duas questões distintas: uma é a observação dos posts dentro de nosso recorte de horário. Outra, que não pudemos deixar de observar, é o nível de engajamento geral em dada postagem, para além do horário auditado, e que é trazido nos indicativos da ferramenta do Twitter. Assim, o post líder em nosso recorte tinha 221 compartilhamentos e o post da imagem 5 obteve 666. Entretanto, optamos pela relevância no contexto do recorte.



Figura 7 – Crítica aos petistas. Fonte: Twitter Marcelo Crocelli.

'É esse que entra na favela?', perguntou uma manifestante. #protestosp

Translate from Portuguese



10:03 AM - 13 Mar 2016

666 Retweets 328 Likes

32 666 328

Figura 8 – Choque da PM. Fonte: Twitter G1 – São Paulo.

Considerações finais

A maior parte dos cidadãos que vive hoje num regime democrático parece estar enfrentando uma crise de confiança nas instituições, o que nos sugere que há uma distância entre o ideal e a prática da democracia na percepção das pessoas comuns (INGLEHAT; WEZEL, 2005). De acordo com a terminologia de Durkheim, uma sociedade é mais ou menos democrática conforme o grau de comunicação recíproca que se estabelece entre o Estado e os outros níveis da sociedade. A função do Estado na democracia não consiste, pois, unicamente, em refletir as opiniões e os sentimentos partilhados de forma difusa, mas o Estado deve orientar a “sociedade ao mesmo tempo que é orientado por ela” (GUIDDENS, 2017, p. 161). Devem assim, o Estado e os governos, estar atentos para os anseios das massas, às mudanças de opiniões, de demandas, bem como às suas necessidades.

A postura equivocada de governos pode deixar pelo caminho governantes, como o que presenciamos com as contestações na oportunidade do *impeachment* e, posteriormente com o governo do presidente Temer, ou mesmo do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Ainda que a sustentação de um governo vá muito além da força opinativa de seus governados, o fato é que, na contemporaneidade, quando o Estado não assume com seriedade seu papel diretivo, podem se verificar conflitos que, hoje, se processam em rede e especialmente nas redes sociais *online*.

Ainda que a internet seja uma esfera pública para o debate e a exposição das demandas sociais, nossa pesquisa demonstra que as deliberações que se estabeleceram no Twitter ainda estão muito acentuadamente

contaminadas pelos recortes estabelecidos (GOFFMAN, 1986; CORREIA, 2009) pela imprensa corporativa. Entretanto, há um relevante papel de alguns grupos e indivíduos dispersos no sentido de problematizar tais questões, como no caso da foto de manifestantes com a PM, que foi imediatamente criticada em alusão ao papel violento desempenhado pela corporação em alguns momentos.

Porém, ainda que se detecte o senso crítico na rede, o número de reprodução de mensagens provenientes de terceiros (especialmente da mídia corporativa) demonstra que estamos ainda muito distantes de encontrar as reformulações e contraposições que são necessárias para o estabelecimento da esfera pública como a idealizada por Habermas (2014). Indo mais além, como nos orienta Papacharissi: “um espaço virtual aprimora a discussão; uma esfera virtual aumenta a democracia” (PAPACHARISSI, 2012, p. 11, tradução nossa), ou seja, temos um caminho a perseguir pela ampliação de direitos dos cidadãos, rumo à democracia.

O artigo trouxe, além do indicativo da pouca geração de posicionamento próprio por parte dos atores sociais, uma demonstração de que houve o alinhamento do debate em torno de dois grupos políticos. Isso nos foi demonstrado pelas menções excessivas a Lula e Dilma, no caso do PT, e aos “coxinhas”, ou a Aécio Neves e seus aliados, no âmbito da representação do PSDB e dos partidos que legitimaram a derrubada da ex-presidente Dilma Rousseff. Tal polarização vem se repetindo no novo governo com o presidente Bolsonaro e seus filhos, também políticos, além de aliados, roubando a cena outrora dominada pelo PSDB, e

mantendo-se o PT na contraposição dos discursos. Foi o que se verificou com as discussões observadas na esfera digital por ocasião da saída do presidente Lula, em fevereiro de 2019, para o enterro de seu neto.¹¹

Por fim, ressaltamos que o trabalho é apenas uma sinalização de tendências na rede, pois há proposições complexas no seio da sociedade contemporânea. De qualquer forma, o que vale aqui reforçar é que somente a existência do que Guiddens (2017) chama de grupos secundários

pode auxiliar a resolver o embate que não permita ao Estado se tornar fraco ou forte demais, pois “[...] caso o Estado seja forte pode conduzir a um despotismo tirânico [...]”, por outro lado, caso o Estado seja fraco, pode “[...] dar origem a uma instabilidade [...].”(GUIDDENS, 2017, p. 162). A democracia pede que não se renegue nem o papel do Estado, tampouco a ativa participação do cidadão, pois só assim se caminha para a construção de uma sociedade efetivamente democrática.

Referências bibliográficas

- APPADURAI, A. **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1996.
- BECK, U. **Power in the Global Age: A New Political Economy**. Cambridge: Polity Press, 2005.
- BENKLER, Y. **The Wealth of Networks**. New Haven, CT: Yale University Press, 2006.
- BOBBIO, N. **O futuro da Democracia – Uma Defesa das Regras do Jogo**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- BRATTON, M.; CHU, Y.; LAGOS, M.; ROSE, R. The People’s Voice: Trust in Political Institutions. In: INTERNATIONAL IDEA. **Ten Years of Supporting Democracy Worldwide**. Stockholm, 2005.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
- CORREIA, J. C. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso**. Notas sobre Jornalismo e representações sociais. Universidade da Beira Interior, Covilhã, Livros LabCom, 2009.
- GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- GIDDENS, A. **Capitalismo e a Moderna Teoria Social**. S. l.: Editorial Presença, 2017.

¹¹ O ex-presidente Lula, do PT, em fevereiro de 2019, ao sair da prisão com autorização da justiça para o velório de seu neto, voltou ao protagonismo político de forma contundente, demonstrando que a polarização ainda persiste no cenário político nacional. Entretanto, apenas registramos tal fato, a fim de contemplar os desmembramentos do que foi por nós estudado em 2016, sem pretensão de nos aprofundarmos, por hora, na questão.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedade democrática. **Revista Famecos**, Porto Alegre, PUC-RS, n. 27, p. 58-78, 2005.

FRASER, N. Transnationalizing the public sphere: on the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world. **Theory, Culture and Society**, v. 24, n. 4, p. 7-30, 2007.

FUCHS, C. **OccupyMedia!** The OccupyMovementand Social Media in Crisis Capitalism. Winchester: Zero Books, 2014.

G1-SÃO PAULO. @g1saopaulo triste Brasil: Tucanistão-SP alguns idiotas bajulando a PM que mais mata. #GloboGolpista #MarchaDosCorruptos #MachaDasCoxinhas. Twitter: @SobriRocha. 13 mar. 2016. Disponível em: <https://twitter.com/SobriRocha/status/709074479822069761>. Acesso em: 20 maio 2020.

G1. @g1saopaulo paga pau de PT, quando roubarem seu iPhone, corre pra chamar os PMs sua babaca. Twitter: @marcelocrocelli. 13 mar. 2016. Disponível em: <https://twitter.com/marcelocrocelli/status/709119003202084865>. Acesso em: 20 maio 2020.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

INGLEHART; WELZEL, C. **Modernization, Cultural Change and Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2005.

MOISÉS, J. A. **Os Brasileiros e a Democracia** – Bases Sociopolíticas da Legitimidade Democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, J. A. Cidadania, Confiança e Instituições Democráticas. **Lua Nova**, v. 65, p. 1-94, 2005.

MOISÉS, J. A. Cultura Política, Instituições e Democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 11-44, 2008.

MOISÉS, J. A. **Democracia e Confiança**: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas? São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010.

NORRIS, P. Institutional Explanations for Political Support. In: NORRIS, P. (ed.). **Critical Citizens**: Global Support for Democratic Government. New York: Oxford University Press, 1999.

OLABUENAGA, J. I. R.; ISPIZUA, M. A. **La descodificación de la vida cotidiana**: metodos de investigacion cualitativa. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

PAPACHARISSI, Zizi. The virtual sphere: The internet as a public sphere. **New Media & Society**, v. 4, n. 1, p. 4-9, 2002.

PHARR, J.; PUTMAN, R. (eds). **Disaffected Democracies**. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

SORJ, B.; Fausto, S. **Ativismo político em tempos de internet**. São Paulo: Plataforma Democrática, 2016.

TAYLOR, C. **A esfera pública**. Tradução: Artur Morão. Covilhã: Lusofia Press; Universidade da Beira Interior, 2010. (Coleção Textos Clássicos de Filosofia).

THOMPSON, H. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução Wagner de Oliveira Brandão. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TWITTER. “Brasil único lugar no MUNDO em que elite protesta! Emissora monopolista usa o povo como marionete e ele ainda sorri! #GloboGolpista”. Twitter: @paulacamel0. 2016a. Disponível em: <http://twitter.com/PaulaCamelo/statuses/709080082325880832>.

TWITTER. Mulher joga carro contra manifestante de vermelho e quase atropela PM na frente da casa do Lula, em SBC. Twitter: @g1saopaulo. 2016b. Disponível em: <https://twitter.com/g1saopaulo/status/709063134632402944>.

TWITTER. Pessoas tiram foto com o Choque da PM. ‘É esse que entra na favela?’, perguntou uma manifestante. #protestosp. Twitter: @g1saopaulo. 2016c. Disponível em: <https://twitter.com/g1saopaulo/status/709062222794854401>.

 Data de recebimento: 05/03/2020
Data de aceite: 06/04/2020

Dados da autora:

Anelisa Maradei

<http://lattes.cnpq.br/2170777587809471>

Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo, UMEESP, e pela Universidade da Beira Interior, Portugal. Professora da Pós-Graduação *Lato Sensu* da Universidade Metodista de São Paulo e do Programa de Educação Executiva da Escola Superior de Propaganda e Marketing, ESPM. Membro de grupos de pesquisa vinculados ao CNPq: Comuni, Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (Universidade Anhembi Morumbi), e Jornalismo Contemporâneo (Faculdade Cásper Líbero). São Paulo, São Paulo. ane@amaradei.com.br.